

# A Reforma Tributária Necessária

## **Justiça Fiscal é Possível:**

Subsídios para o Debate Democrático sobre o Novo Desenho da Tributação Brasileira

## INICIATIVA

Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)  
Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco)

## APOIO

Associação Brasileira de Economia da Saúde (Abres)  
Conselho Federal de Economia (Cofecon)  
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)  
Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil (FES)  
Fundação ANFIP de Estudos Tributários e da Seguridade Social  
Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)  
Instituto Justiça Fiscal (IJF)  
Oxfam Brasil

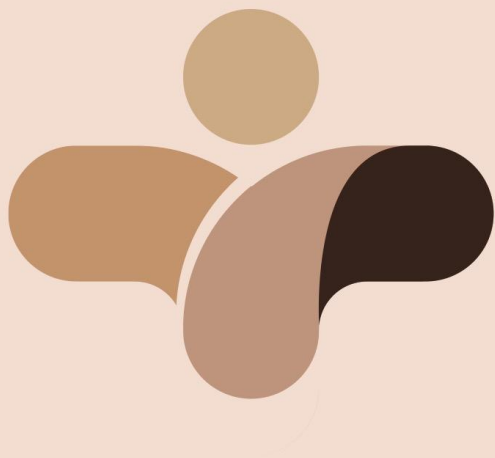
## GESTÃO TÉCNICA

Plataforma Política Social



Movimento

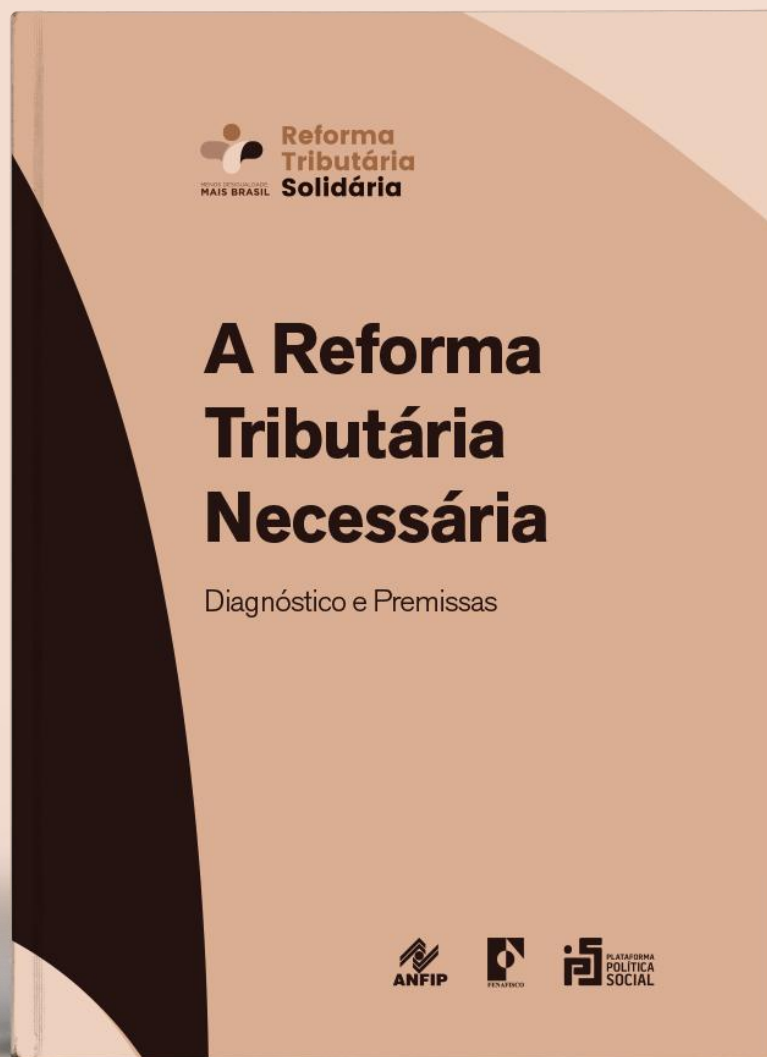
REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA, MENOS DESIGUALDADE, MAIS BRASIL



MENOS DESIGUALDADE,  
**MAIS BRASIL**

Iniciado em meados de 2017  
**Reúne mais de quarenta especialistas**

- ***A Reforma Tributária Necessária***  
***Diagnóstico e Premissas*** / Junho de 2018
- ***A Reforma Tributária Necessária***  
***A justiça fiscal é possível: subsídios para o debate democrático sobre o novo desenho da tributação brasileira*** / Março de 2019.



39 artigos

42 especialistas

804 páginas

# O que diferencia a nossa proposta das outras em debate

## Propostas de “simplificação” do sistema:

- Não enfrentam a injustiça fiscal.
- Podem inviabilizar o Estado Social

## Pressupostos da Reforma Tributária Solidária

- Contempla a “simplificação”
- A **desigualdade** é o principal limitador da eficiência econômica (FMI, CEPAL, OXFAM)
- É preciso **ampliar a progressividade** da tributação
- É preciso **preservar o Estado Social**, que se constitui no principal mecanismo de redução da desigualdade de Renda no Brasil (CEPAL)
- É, portanto, necessário que a reforma tributária **seja ampla, contemplando a totalidade das suas anomalias.**

# Premissas

- 1 A reforma do sistema tributário nacional deve ser pensada na perspectiva do **desenvolvimento econômico e social** do país.





## Premissas

**2** A reforma do sistema tributário nacional deve estar adequada ao **propósito de fortalecer o Estado de bem-estar social** em função do seu potencial como **instrumento de redução das desigualdades sociais** e promotor do desenvolvimento nacional.



## Premissas

**3** A reforma do sistema deve avançar no sentido de promover a sua progressividade pela **ampliação da tributação da renda e do patrimônio**





## Premissas

- 4 A reforma do sistema tributário nacional deve avançar no sentido de promover a sua progressividade pela **redução da tributação sobre bens e serviços e sobre a folha de pagamentos.**



## Premissas

- 5 A reforma do sistema tributário nacional deve **restabelecer as bases do equilíbrio federativo.**





## Premissas

**6** A reforma do sistema tributário nacional deve **considerar a tributação ambiental.**



## Premissas

- 7 A reforma do sistema tributário nacional deve **aperfeiçoar a tributação sobre o comércio internacional.**





## Premissas

- 8 A reforma do sistema tributário nacional deve **fomentar ações que resultem no aumento das receitas, sem aumentar a carga tributária.**



# A Reforma Tributária Necessária

Justiça fiscal é possível: subsídios  
para o debate democrático sobre  
o novo desenho da tributação brasileira

**Documento-síntese**

**Documento-síntese**  
(outubro de 2018)

**Documento completo**  
(Março de 2019)

## Exercício de redistribuição das bases de incidência da tributação

- Aumentar as receitas da tributação **sobre a renda, o patrimônio e as transações financeiras**
- Reduzir as receitas da tributação **sobre bens e serviços e sobre a folha de pagamentos.**
- Preservar o **Estado Social** de 1988
- Reforçar o **Federalismo**
- Aproximar a tributação brasileira da **média dos países da OCDE**



## RESULTADO

O estudo demonstra que é tecnicamente factível que o Brasil tenha um sistema tributário **mais justo** e alinhado **com a experiência dos países mais igualitários**, preservando o **equilíbrio federativo** e as fontes de financiamento do **Estado Social** inaugurado pela Constituição de 1988.





## É possível ampliar a justiça fiscal pela:

- Elevação de R\$ 253,7 bilhões das receitas da tributação sobre a renda e redução de R\$ 231,7 bilhões da receita da tributação sobre bens e serviços;
- Elevação de R\$ 73,0 bilhões da tributação sobre o patrimônio e redução de R\$ 78,7 bilhões da tributação sobre a folha de pagamentos.



**AUMENTO DA PROGRESSIVIDADE PELA MUDANÇA DA BASE DE INCIDÊNCIA: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA**  
 EM R\$ MILHÕES  
 VALORES DE 2015 E ESTIMATIVAS

BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL	PROPOSTA	DIFERENÇA
	R\$	R\$	R\$
<b>Renda</b>	352.305,41	606.084,14	253.778,73
<b>Patrimônio</b>	85.696,86	158.699,55	73.002,69
<b>Transações Financeiras</b>	34.686,30	65.380,84	30.694,54
<b>TOTAL</b>	<b>472.688,57</b>	<b>830.164,53</b>	<b>357.475,96</b>
<b>Bens e Serviços</b>	957.923,80	726.126,34	-231.797,46
<b>Folha de Salários</b>	482.003,11	403.263,25	-78.739,86
<b>TOTAL</b>	<b>1.439.926,91</b>	<b>1.129.389,59</b>	<b>-310.537,32</b>
<b>Outros</b>	15.567,38	15.567,38	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.912.615,48</b>	<b>1.959.554,12</b>	<b>46.938,64</b>

## NOVA TABELA DE ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS DO IRPF

FAIXA DE SALÁRIO-MÍNIMO MENSAL	ALÍQUOTA (%)
Até 4	0%
Mais de 4 a 7	7,5%
Mais de 7 a 10	15,0%
Mais de 10 a 15	22,5%
Mais de 15 a 40	27,5%
Mais de 40 a 60	35,0%
Mais de 60	40,0%

- 38,55% dos declarantes ficariam **isentos** do IRPF;
- 48,70% **seriam desonerados**;
- 10,02% manteriam a alíquota atual.
- 2,73% dos declarantes, (cerca de 750 mil contribuintes) **seriam mais tributados**

**Acréscimo de R\$ 158 bilhões** (dos R\$ 254 bilhões de acréscimo da tributação sobre a renda pessoa física e jurídica);

**ARRECAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA**  
EM R\$ MILHÕES E EM % DO PIB  
VALORES DE 2015



TRIBUTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	ATUAL	PROPOSTA	DIFERENÇA
	R\$	R\$	R\$
IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS (IGF)	-	37.193,97	37.193,97
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)	1.104,97	19.093,90	17.988,93
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÕES (ITCMD)	6.468,65	15.002,96	8.534,31
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (IPVA)	36.257,11	37.307,11	1.050,00
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU)	30.759,50	38.994,97	8.235,47
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (ITBI)	11.106,63	11.106,63	-
TOTAL	85.696,86	158.699,55	73.002,69



**REDUÇÃO DA TRIBUTAÇÃO INDIRETA: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA**  
EM R\$ MILHÕES E EM % DO PIB  
VALORES DE 2015 E ESTIMADOS

TRIBUTOS	ATUAL	PROPOSTA	DIFERENÇA
	R\$	R\$	R\$
TRIBUTOS SOBRE BENS E SERVIÇOS	957.923,80	726.126,34	- 231.797,46
TRIBUTOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTOS	482.003,11	403.263,25	- 78.739,86
TOTAL	1.439.926,91	1.129.389,59	- 310.537,32



**EQUILÍBRIO FEDERATIVO SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA**  
**EM % DO PIB VALORES DE 2015 E ESTIMADOS**

	SITUAÇÃO ATUAL			PROPOSTA			DIFERENÇA		
ENTE	UNIÃO	ESTADOS/DF	MUNICÍPIOS	UNIÃO	ESTADOS/DF	MUNICÍPIOS	UNIÃO	ESTADOS/DF	MUNICÍPIOS
% PIB	18,83	8,22	5,61	18,74	8,80	5,91	-0,09	0,58	0,30

# INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO EM % DO PIB, CONSIDERANDO-SE O IPVA COMO TRIBUTOS QUE INCIDEM SOBRE O CONSUMO

COMPARATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL, SITUAÇÃO PROPOSTA E MÉDIA DA OCDE  
VALORES DE 2015 E % DO PIB



**Reforma  
Tributária**  
**Solidária**

BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL	PROPOSTA	OCDE
	% PIB	% PIB	% PIB
RENDA	5,97	10,27	11,50
PATRIMÔNIO	0,84	2,06	1,90
CONSUMO	16,84	12,93	10,90
OUTROS	9,02	8,20	9,70
TOTAL	32,66	33,46	34,00



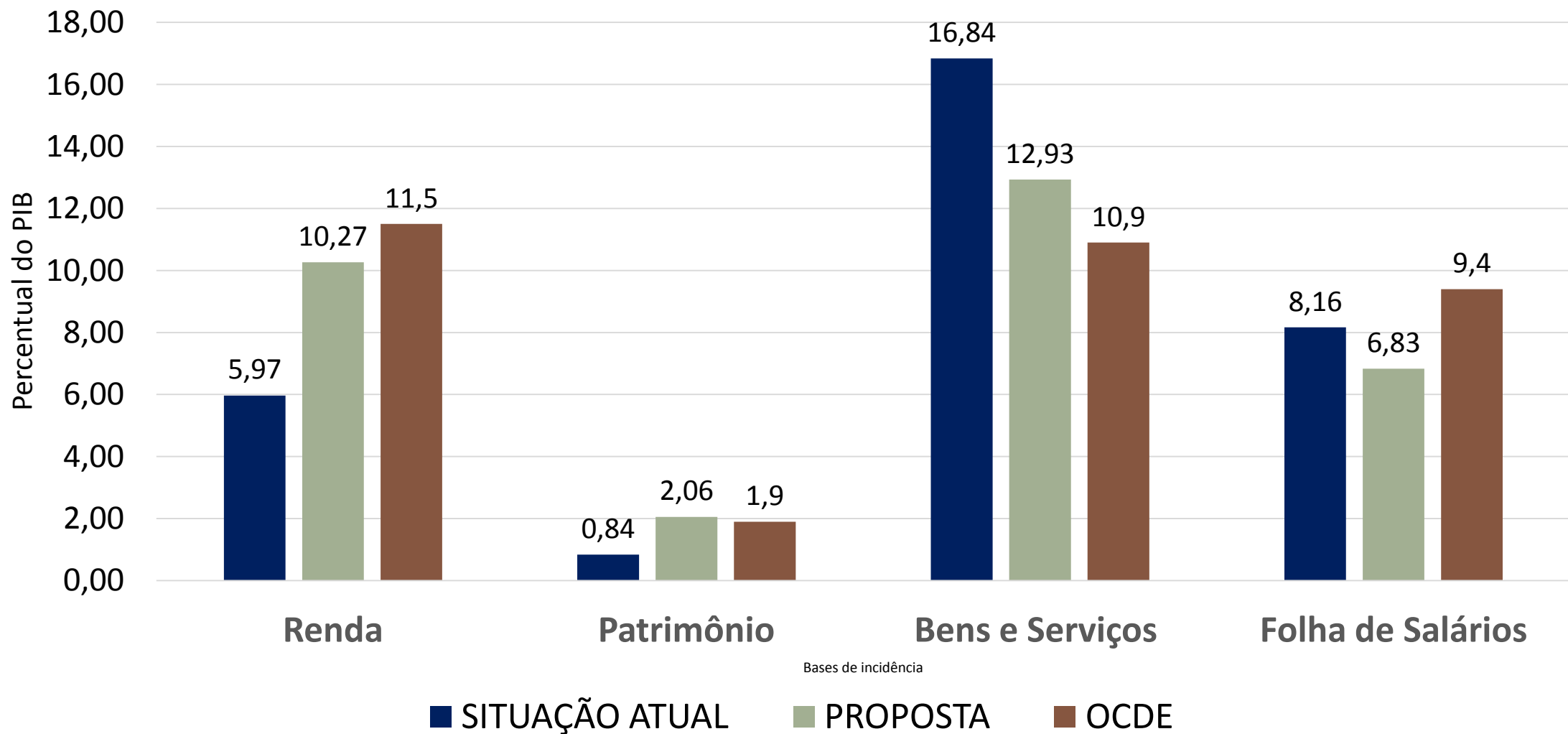
**INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO EM % DA CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA**  
COMPARATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL, SITUAÇÃO PROPOSTA E MÉDIA DA OCDE  
VALORES DE 2015

BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL	PROPOSTA	OCDE
	% CTB	% CTB	% CTB
RENDA	18,27	30,69	34,10
PATRIMÔNIO (1)	4,44	8,03	5,80
CONSUMO	49,68	36,76	32,40
OUTROS	27,60	24,52	27,70
TOTAL	100,00	100,00	100,00

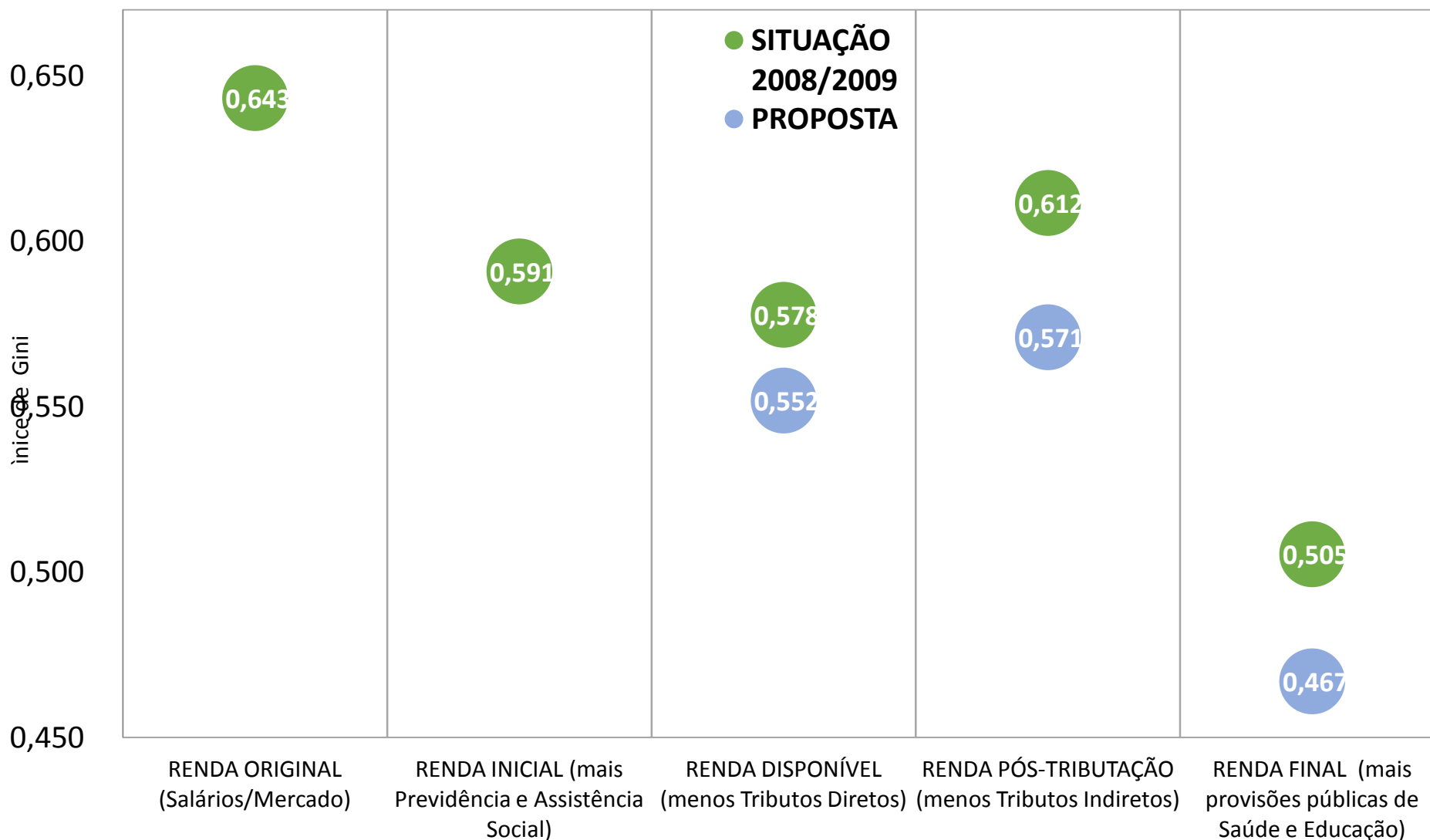
Nota (1) considerou-se o IPVA como tributo que incide sobre o patrimônio.

## INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO EM % DO PIB

Comparativo da situação atual, situação proposta e média da OCDE  
Valores de 2015

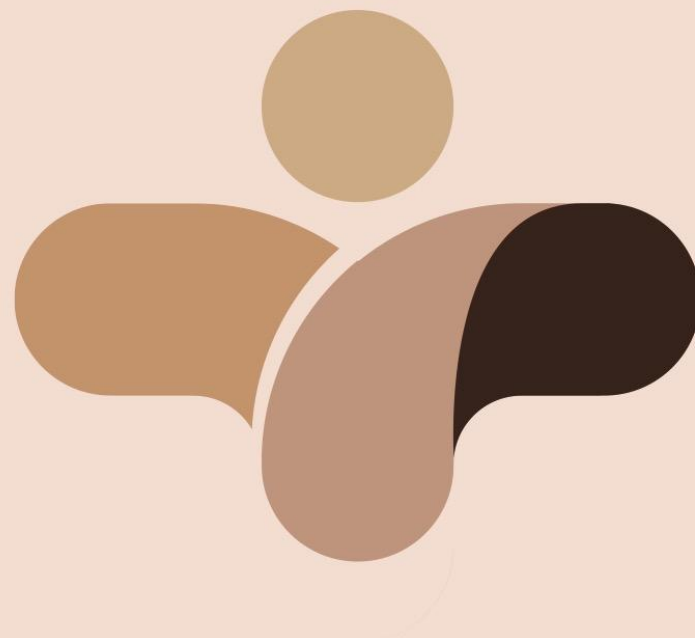


# COMPORTAMENTO DO ÍNDICE DE GINI DECORRENTE DAS TRANSFERÊNCIAS MONETÁRIAS PÚBLICAS, DA TRIBUTAÇÃO DIRETA, DA TRIBUTAÇÃO INDIRETA E DA PROVISÃO PÚBLICA SITUAÇÃO 2008-09 E SITUAÇÃO PROPOSTA



# NOVOS RUMOS DO DEBATE SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA

Em última instância este estudo se propõe a abrir novas frentes para o **debate democrático** sobre o tema



MENOS DESIGUALDADE,  
**MAIS BRASIL**

